



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

## Ensino superior a distância em Portugal. Uma aproximação sociográfica.

Isabel M. Martins Moreira<sup>[1]</sup>

O ensino superior a distância em Portugal tem uma história recente que se confunde com a criação e entrada em funcionamento da Universidade Aberta, em 1988. Este estudo tem como objectivo delinear as principais características da população discente dos cursos superiores formais a distância da Universidade Aberta, tendo em consideração que temos em presença uma população adulta que já teve contacto com um estabelecimento de ensino superior presencial e, numa fase posterior das suas vidas, optou por continuar a sua formação numa universidade que lecciona em regime de ensino a distância, numa modalidade de auto-aprendizagem.

### Introdução

No decurso dos últimos trinta anos, as sociedades ocidentais assistiram a um fenómeno que podemos designar por “explosão educativa”. A procura crescente de educação formal, por sectores da população cada vez mais alargados, fez aumentar significativamente o número de escolarizados nestas sociedades. Mas o processo educativo deixou de se confinar a um ciclo de vida. A formação profissional extra-escolar e a educação permanente assumem-se como um fenómeno massivo que se estende progressivamente a sectores muito diferenciados da população. A resposta a esta procura de uma cultura técnica e instrumental transformou-se, em pouco tempo, numa verdadeira explosão da oferta educativa extra-escolar, em regime não formal ou informal. Cursos de formação e aperfeiçoamento profissional, estágios, ciclos de conferências, seminários, palestras, ensino por correspondência, ... são algumas das manifestações desta oferta ainda difíceis de inventariar.

Nas sociedades neotecnológicas a desvalorização acelerada das qualificações e competências profissionais estimulou a necessidade da rápida reconversão de largos sectores da sua população activa. Muitos milhares, se não mesmo milhões, de indivíduos viram-se obrigados a reconverter os seus conhecimentos e a conquistar outros, como resposta às novas necessidades sociais em termos de educação. Surge, no fundo, uma população ávida de “saber”, mas com outra disponibilidade para “aprender”.

Perante uma procura de ensino e formação tão diversificada e face às limitações dos sistemas educativos e de formação, nomeadamente em recursos financeiros, humanos e equipamentos, a introdução das novas tecnologias de comunicação nos processos educativos pareciam ser a resposta credível e inovadora.

A baixa de preços dos equipamentos de registo, reprodução e projecção de materiais mediatizados tornou possível o recurso às técnicas de comunicação de massas e à sua generalização no processo educativo.

Este enriquecimento instrumental da tecnologia educativa pretendia melhorar, por outro lado, de uma forma global, a eficácia do processo de ensino-aprendizagem. Com a institucionalização de uma nova maneira de ensinar, de aprender e de estudar deparamo-nos com um contexto educacional sem precedentes.

A importância crescente do ensino a distância reside no facto de possibilitar a formação de alunos afastados geograficamente dos centros de ensino tradicionais, por exemplo universitários, e de o fazer de uma forma inovadora com custos *per capita* mais reduzidos. A vitalidade deste regime de ensino depende, pois, das novas tecnologias de comunicação e de tratamento de informação, da diversidade de infra-estruturas socioculturais e das opções tecnológicas nacionais.

Nas duas últimas décadas o ensino a distância transpôs fronteiras e continentes abarcando um

espectro muito amplo de países, línguas e culturas; entrou na teoria e nas práticas de ensino em todo o mundo, prevendo-se mesmo a consolidação e explosão da educação a distância nas próximas décadas; desenvolveu um corpo de conhecimento acerca dos princípios e práticas essenciais para o sucesso escolar deste regime de ensino, investindo em áreas como a pedagogia e a tecnologia de ensino a distância.

O ensino a distância, como acabámos de referenciar, implantou-se em contextos sociais e culturais muito diversos, revelando, deste modo, uma grande capacidade de adaptação às realidades locais. Fruto da grande diversidade de soluções encontradas, as próprias instituições de ensino a distância apresentam meios e recursos muito desiguais, clientelas variáveis, níveis académicos distintos. Centrando-nos, a partir deste momento, especificamente nas instituições de ensino a distância que ministram ensino de nível universitário, passaremos a designá-las, por consenso internacional, por Universidades Abertas todas *“as estruturas de ensino superior universitário com vocação pluridisciplinar, diversificada e alargada, cujo modelo de leccionação é essencialmente não-presencial”* (TRINDADE 1984: 8).

## Ensinho a distância

Desde os anos 70, o ensino a distância desenvolveu-se segundo três linhas de orientação: expansão quantitativa, procura de novas clientelas e regime livre de auto-aprendizagem.

### Expansão quantitativa

Esta fase de expansão baseia-se em programas dirigidos a potenciais alunos do ensino presencial, jovens que por razões de vária ordem não podem ingressar numa universidade de regime presencial. Estes programas constituem na realidade não uma “segunda oportunidade”, mas tão só uma “primeira oportunidade” de ingresso no ensino superior, para um grande número de jovens que de outro modo não poderiam prosseguir os seus estudos. Estas universidades pretendem satisfazer, em termos de oferta, as solicitações que as universidades presenciais não conseguiam concretizar. Este princípio presidiu à criação, nos anos 70, de “universidades abertas” ou “a distância” em países industrializados e, mais recentemente, em países designados em vias de desenvolvimento, nomeadamente asiáticos e da América Latina.

### Procura de novas clientelas

Este modelo de ensino tenta cativar, por sua vez, uma população que, embora tenha frequentado o ensino superior presencial, não chegou a concluir o seu programa de estudos ou, se o fez, deseja voltar à universidade. Trata-se, aqui, de possibilitar a frequência do ensino superior como uma “segunda oportunidade”. Não se trata apenas de responder a uma forte procura educacional, mas sobretudo de facilitá-la, aumentá-la, de enriquecê-la com novas ofertas educacionais. Nesta perspectiva desenvolveram-se as universidades abertas existentes nos países industrializados. Elas não se consideram um refúgio para os jovens que não conseguem ingresso nas universidades tradicionais. De uma maneira geral, pretendem atrair uma população que já encontrou uma saída profissional, muitas vezes com formação universitária, oferecendo-lhe a possibilidade de uma formação complementar, inclusive de nível de pós-graduação.

### Regime livre de auto-aprendizagem

Este modelo de ensino fundamenta-se no princípio de que um estudante pode construir o seu programa de estudos universitários a partir da oferta de um leque diversificado de produtos educacionais, e fazê-lo à medida das suas necessidades e dos seus interesses.

Esta modalidade de ensino a distância pode constituir, inclusivamente, um modelo de “ensino universitário individualizado”, inspirado, sobretudo, nas experiências educativas norte-americanas, neste campo. Este modelo de ensino tem interessado sobretudo as universidades abertas dos países mais industrializados e influenciado também as suas congéneres espalhadas por todo o mundo, criando, assim, um outro modelo de ensino superior a distância, em que os critérios de admissão e frequência são bastante flexíveis.

## Ensinho a distância em Portugal

Ensinho a distância designa uma “metodologia que se adopta quando é impossível, ou pouco cómodo, assegurar um ensino presencial aos estudantes. Só é aplicável correctamente a adultos,

dotados de maturidade, autodisciplina e motivação suficientes: baseia-se no princípio de que, verificados esses pressupostos, um adulto é capaz de aprender por si próprio, se possuir bases suficientes para tal e se lhe forem facultados materiais didáticos para isso expressamente elaborados.” (TRINDADE 1990: 240).

Partindo desta concepção de ensino a distância, o estudante não desfruta o espaço físico da sala de aula, não tem contacto físico com um professor, não convive com colegas dentro de um horário lectivo. Podemos mesmo dizer que este “aluno tipo”, liberto do espaço físico escolar concretiza a totalidade das suas aprendizagens no seu espaço residencial, ou outro, escolhido a seu bel-prazer, a partir de materiais didáticos que lhe são facultados.

Nestas circunstâncias, e se exceptuarmos a possibilidade de contacto presencial com os Centros de Apoio, as interações do estudante em regime de ensino a distância com a respectiva instituição administradora de ensino, processa-se através de meios de comunicação não presenciais: televisão, rádio, correio, telefone e fax.

Ainda segundo A. Rocha Trindade cabe à instituição administradora deste regime de ensino facilitar as aprendizagens dos alunos através de textos escritos auto-suficientes, isto é, textos que contenham “toda a informação necessária ao estudante, e estar concebidos para auto-aprendizagem” (1990: 240) — elementos base de todo o processo —, complementando-se estes materiais didáticos escritos com outros materiais mediatizados: videocassetes, audiocassetes, emissões de televisão ou de rádio, e/ou programas multimedia para computador. Todos eles devem pressupor clareza de linguagem, apresentação de objectivos e explicitação da lógica de articulação dos respectivos conteúdos.

Sintetizando, ensino a distância designa um processo de ensino-aprendizagem não-presencial que exige:

- canais de comunicação diversificados entre o estudante e a instituição administradora do ensino;
- mediatização do discurso pedagógico e didático;
- aprendizagem concretizada em regime de auto-aprendizagem;
- retorno de informação que possibilite o enquadramento do estudante em situações e resultados de aprendizagem.

## Universidade Aberta

Esclarecidos os pressupostos conceptuais da metodologia de ensino a distância utilizada pela Universidade Aberta, parece-nos oportuno precisar as características desta Universidade, únicas entre as suas congéneres espalhadas por todo o mundo e a primeira instituição administradora de um regime de ensino superior a distância em Portugal.

Circunscritos à realidade portuguesa importa, agora, avançarmos reflectindo sobre a história recente do ensino a distância, em Portugal.

Não perdendo de vista a realidade europeia e as necessidades impostas por uma Comunidade que se pretende de laços mais estreitos, a Universidade Aberta, em Portugal, goza necessariamente da especificidade que a define no espaço das realidades culturais, sociais, económicas e políticas do país, que constituem uma unidade distintiva.

O embrião da Universidade Aberta remonta a 1980, com a criação do Instituto Português de Ensino a Distância, órgão do Ministério da Educação, com o estatuto de Direcção-Geral. O seu fim expresso consistia em “estudar os fundamentos, reunir e criar os conhecimentos, formar o pessoal, mobilizar os meios materiais e, de um modo geral, criar as condições necessárias para o

arranque [em Portugal] de uma Universidade Aberta” (TRINDADE 1984: 8), apenas concretizada em 1988. <sup>[2]</sup>

A criação da Universidade Aberta veio possibilitar a frequência universitária a uma população afastada do ensino superior por motivos de natureza sociológica ou geográfica, concretizando-se, assim, a abertura real do sistema de ensino a sectores sociais e camadas da população portuguesa que permaneciam excluídos das instituições tradicionais de ensino superior directo ou presencial. Embora a Universidade Aberta permaneça fiel aos pressupostos organizativos e funcionais das universidades portuguesas, ela afasta-se das suas congéneres pelo modelo de ensino que ministra. Entre outras, podemos avançar as seguintes características do modelo de ensino que a distingue das instituições de ensino superior presencial:

- distanciamento espacial e/ou temporal entre o momento de emissão da mensagem educativa pelo professor e o aluno — o destinatário —, o que implica a sua mediatização, isto é, a utilização da linguagem específica dos *media* a utilizar: livro, vídeo, áudio, informático e a sua difusão através de órgãos de comunicação de massas: rádio, televisão, ou, ainda, noutros suportes de informação como o livro, a audiocassete, a videocassete e o computador;
- ausência do corpo discente no espaço físico da universidade. O espaço institucional acaba por se estender a outras configurações espaciais: o

próprio domicílio do aluno, os centros de apoio;

- abertura da universidade a um novo tipo de clientela(s) e a formação de um novo tipo de corpo discente, já que este(s) não goza(m) do estatuto do estudante tradicional das universidades presenciais;
- formação de um novo tipo de corpo docente com a inevitável redefinição das tradicionais funções docentes;
- emergência do aparato técnico-administrativo sobre as actividades especificamente académicas o que implicará uma gestão de características empresariais;
  - utilização de meios de comunicação algo interactivos que permitem fechar o circuito comunicativo entre o professor, ou melhor, entre a instituição administradora do sistema de ensino e o aluno: correio, telefone, fax.

## Características da população discente dos cursos superiores formais a distância

As características apresentadas pelos estudantes da Universidade Aberta inscritos nos cursos superiores formais a distância, no período compreendido entre 1989 e 1994, sugerem-nos alguns comentários, tendo sempre presente as características e o regime de leccionação específicas desta Universidade.

Estes resultados são fruto da análise dos dados disponíveis mencionados pelos estudantes nos respectivos *Boletins de Inscrição* num universo de cerca de 3600 alunos. A partir destes dados, ainda que de uma forma simplista, é-nos possível traçar o perfil do “estudante-tipo” da Universidade Aberta, considerando as seguintes variáveis: sexo, idade, local de residência, naturalidade, profissão e habilitações de ingresso na Universidade Aberta.

Podemos, neste momento, avançar que o corpo discente desta Universidade, no período compreendido entre 1989 e 1994, é constituído predominantemente por mulheres (73,6%). No que se refere à variável idade visualiza-se uma grande concentração de estudantes com idades compreendidas entre os 31 e os 45 anos (68,5%), pelo que podemos induzir que a Universidade Aberta representa para os seus estudantes uma “segunda oportunidade” na sua formação. Ainda relativamente à idade prevê-se um rejuvenescimento desta população devido à redução da idade mínima de ingresso à Universidade Aberta para 21 anos e à diversificação da oferta com novas Licenciaturas em áreas como a “gestão” e as “novas tecnologias”.

Embora os estudantes da Universidade Aberta estejam espalhados por todo o território continental e insular, bem como, ainda, com uma expressão significativa no estrangeiro (3,1%) é de realçar que cerca de 36,5% dos estudantes residem nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa, Porto e Setúbal, o que nos leva a supor que para além do afastamento geográfico dos centros onde se concentram universidades de leccionação tipicamente presencial, existem factores marcadamente de ordem sociológica que levam estes estudantes a optar por continuar a sua formação numa Universidade que lecciona em regime de ensino a distância. Esta é, sem margem de dúvidas, uma das hipóteses de trabalho que conduzirá o desenvolvimento desta investigação num futuro muito próximo.

Relativamente à naturalidade desta população é de realçar os distritos de Lisboa e Porto, com respectivamente 12,8% e 9,4%, e salientar o caso específico do distrito de Braga com 7,5%, que se destaca dos restantes.

A Universidade Aberta é frequentada predominantemente por professores do ensino básico e secundário (72,2%), não deixando, no entanto, de merecer o interesse e a preferência de outras profissões ligadas ao sector terciário, nomeadamente profissões liberais.

Tomando em consideração as características desta Universidade não será de estranhar o nível das qualificações dos seus estudantes. A maioria ingressam nesta Universidade com um curso médio ou superior concluído (51%), seguindo-se cerca de 26% de alunos com frequência universitária tendo estes últimos obviamente como objectivo central concluir a sua formação académica. Perante os dados que acabamos de referir, e do ponto de vista sociológico, será interessante debruçarmo-nos sobre as expectativas destes estudantes atendendo ao facto destes já possuírem uma “vivência” universitária presencial, muitas vezes interrompida e espaçada no tempo, e de voltarem a procurar o ensino superior, neste caso a distância, como forma de aquisição de “conhecimento”. Saliente-se, ainda, o caso específico de estudantes detentores de diplomas de Institutos de Línguas Estrangeiras (4,0%) que possivelmente pretendem da Universidade Aberta uma certificação perante o mercado de trabalho.

O quadro seguinte apresenta sucintamente o que poderemos designar por “perfil do estudante-tipo da Universidade Aberta”. Os dados aí referenciados poderão ser alvo de outros “olhares”, de outras “leituras”. Mas não deixam, no entanto, de reflectir uma realidade distintiva que é a Universidade Aberta no seio do sistema educativo português.

## Perfil do "estudante-tipo" da Universidade Aberta (1989-1994)

	(%)	
<b>Sexo</b>		
Mulher	73,6	
Homem	26,4	(n=3582)
<b>Idade</b>		
>= 23 - 25	2,1	
26 - 30	8,3	
31 - 35	18,5	
36 - 40	28,3	
41 - 45	21,7	
46 - 50	11,4	
51 - 55	5,4	
56 - 60	2,8	
61 - 65	1,1	
66 - 70	0,3	
>=71	0,1	(n=3582)
<b>Residência (distritos)</b>		
Lisboa	17,6	
Porto	10,2	
Setúbal	8,7	
Braga	6,8	
Santarém	6,2	
Aveiro	5,1	
Outros	42,3	
Estrangeiro	3,1	(n=3571)
<b>Naturalidade (distritos)</b>		
Lisboa	12,8	
Porto	9,4	
Braga	7,5	
Santarém	5,6	
Aveiro	5,5	
Bragança	5,4	
Beja	5,1	
Guarda	5,1	
Outros	43,6	(n=3582)
<b>Profissão</b>		
Professor do ensino básico ou secundário	72,2	
Outras profissões do sector terciário	4,3	
Outras	23,5	(n=3426)

---

Habilitações de ingresso na Universidade Aberta		
Curso médio ou superior concluído	51,0	
Curso superior incompleto	25,7	
Detentor de um diploma de Institutos de Línguas Estrangeiras	4,0	
Outras	19,3	(n=
3526)		

---

## Referências Bibliográficas

TRINDADE, Armando Rocha; *et al.* (1984) "A Universidade Aberta: um sistema de comunicação multi-media", in *Sinal - Audio, Vídeo, Scripto*, Revista do Instituto Português de Ensino a Distância, Lisboa, nº 0, p. 8.

TRINDADE, Armando Rocha (1990), *Introdução à comunicação educacional*, Lisboa, Universidade Aberta, p. 240.

---

[1]

Docente do Departamento de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Aberta.

[2]

Decreto Lei nº 444/88, de 2 de Dezembro, in *Diário da República*, I Série, nº 278, pp. 4759-4768.